



UFPB - Universidade Federal da Paraíba

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

**MICHELE DUDA DOS SANTOS**

**BREVE DEBATE SOBRE A ATUAÇÃO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA  
SAÚDE À LUZ DAS EXPERIÊNCIAS VIVENCIADAS EM UM HOSPITAL  
ESCOLA**

**JOÃO PESSOA – PB  
2022**

MICHELE DUDA DOS SANTOS

**BREVE DEBATE SOBRE A ATUAÇÃO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA  
SAÚDE À LUZ DAS EXPERIÊNCIAS VIVENCIADAS EM UM HOSPITAL  
ESCOLA**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado à  
Coordenação de Serviço Social da Universidade Federal  
da Paraíba, como requisito parcial para obtenção do título  
de bacharel em Serviço Social, semestre 2021.2

**Orientadora:** Prof.<sup>a</sup> Dra. Elisângela de Oliveira Inácio

João Pessoa – PB

2022

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

S237b Santos, Michele Duda dos.

Breve debate sobre a atuação de assistentes sociais na saúde à luz das experiências vivenciadas em um Hospital escola. / Michele Duda dos Santos. - João Pessoa, 2022.

53 f.

Orientadora : Elisangela de Oliveira Inácio.  
TCC (Graduação) - Universidade Federal da Paraíba/Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, 2022.

1. Saúde. 2. Estado e sociedade. 3. Serviço social.  
4. Trabalho profissional. I. Inácio, Elisangela de Oliveira. II. Título.

UFPB/CCHLA

CDU 36

MICHELE DUDA DOS SANTOS

**BREVE DEBATE SOBRE A ATUAÇÃO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA  
SAÚDE À LUZ DAS EXPERIÊNCIAS VIVENCIADAS EM UM HOSPITAL  
ESCOLA**

Monografia apresentada a Coordenação de Serviço Social  
da Universidade Federal da Paraíba para obtenção de  
título de bacharel em Serviço Social.

Aprovada em: \_\_\_/\_\_\_/ 2022

**BANCA EXAMINADORA:**

---

**Profa. Dra. Elisangela de Oliveira Inácio**  
**(Orientadora/ DSS/ CCHLA/ UFPB)**

---

**Profa. Dra. Maria das Graças Miranda**  
**(Membro Avaliadora/ DSS/ CCHLA/ UFPB)**

---

**Ms. Najara Sousa Medeiros**  
**(Membro Avaliadora/ RIMUSH- HULW/ UFPB)**

Dedico este trabalho a minha mãe  
Maria Vânia e ao meu pai Ednaldo,  
que são minha base diária na vida.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus, primeiramente, pela vida, por me permitir chegar até aqui.

Agradeço aos meus pais, Maria Vânia e Ednaldo, por sempre acreditarem em mim, por todo amor e suporte ao longo de toda a minha vida, sem vocês nada disso seria possível.

Agradeço as minhas irmãs, Mylena e Mileide, por todo amor, carinho e torcida de sempre.

Agradeço ao meu namorado, Arthur Leandro, por todo incentivo, apoio e paciência, você foi essencial nessa caminhada.

Agradeço as minhas amigas de graduação, em especial, a minha amiga Cristina da Silva, pela força diária ao longo desses anos de Universidade.

Agradeço aos professores do Departamento de Serviço Social, pelas contribuições durante todo esse processo de formação.

Agradeço a minha orientadora, Elisangela, por toda dedicação e contribuição durante a construção deste trabalho.

## RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado “Breve Debate sobre a Atuação de Assistentes Sociais na Saúde à luz das Experiências Vivenciadas em um Hospital Escola” foi resultado da experiência de estágio supervisionado I em Serviço Social, na Clínica Obstétrica do Hospital Universitário Lauro Wanderley. O objetivo do trabalho consistiu na análise acerca da atuação do Serviço Social, com breve resgate sobre as primeiras práticas assistencialistas até a contemporaneidade e frente à ofensiva neoconservadora que vem atingindo a profissão. Também propôs - se a refletir sobre a efetivação do atendimento às necessidades dos usuários que buscam os serviços de saúde e, em especial, a partir da atuação do(a) assistente social junto às usuárias atendidas na clínica obstétrica do HULW. Para atender os objetivos, a metodologia inicialmente empregada foi a pesquisa bibliográfica utilizando textos de autores(as) como Yamamoto, Netto, Guerra, Lima. Além da pesquisa bibliográfica, recorreu-se às percepções individuais obtidas durante o primeiro período do estágio supervisionado, realizado ainda de forma presencial. Foi através da experiência do estágio que se gerou a necessidade em avaliar se as ações do Serviço Social na referida tem superado uma perspectiva assistencialista, emergencial e burocrática. Foi observado que o neoconservadorismo impacta diretamente na atuação das profissionais e dificuldades concretas para a garantia da oferta dos serviços socioassistenciais e de saúde à medida que o Estado brasileiro enxuga cada vez mais o financiamento destinado às políticas públicas no País.

**Palavras-Chave:** Saúde. Estado e Sociedade. Serviço Social. Trabalho Profissional.

## **ABSTRACT**

The present Course Completion Work (TCC) entitled “Brief Debate on the Work of Social Workers in Health in the light of Experiences Lived in a Teaching Hospital” was the result of the supervised internship experience I in Social Work, at the Obstetric Clinic of the University Hospital. Laura Wanderley. The objective of the work consisted of the analysis of the performance of Social Work, with a brief review of the first welfare practices to the present day and in the face of the neoconservative offensive that has been affecting the profession. It also proposed to reflect on the effectiveness of meeting the needs of users who seek health services and, in particular, from the role of the social worker with the users assisted at the HULW obstetric clinic. To meet the objectives, the methodology initially used was bibliographic research using texts by authors such as Yamamoto, Netto, Guerra, Lima. In addition to the bibliographic research, individual perceptions obtained during the first period of the supervised internship were also used, carried out in person. It was through the experience of the internship that the need to assess whether the actions of the Social Service in this area has overcome a welfare, emergency and bureaucratic perspective was generated. It was observed that neoconservatism has a direct impact on the performance of professionals and concrete difficulties in guaranteeing the provision of social assistance and health services as the Brazilian State increasingly reduces funding for public policies in the country.

**Key words:** Health. State and Society. Social service. Professional Work.

## LISTA DE SIGLAS

**AGHU** - Aplicativo de Gestão para Hospitais Universitários

**CFESS** - Conselho Federal de Serviço Social

**HULW** - Hospital Universitário Lauro Wanderley

**LGBTQIAP+** - Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromântiques/Agênero, Pan/Poli e mais

**PT** - Partido dos trabalhadores

**RIMUSH** - Residência Integrada Multiprofissional em Saúde Hospitalar

**SUS** - Sistema Único de Saúde

**TCC** - Trabalho de Conclusão de Curso

**UTIN** - Unidade de Terapia Intensiva Neonatal

**UCINCO** - Unidade de Cuidado Intermediário Neonatal Convencional

**UCINCA** - Unidade de Cuidado Intermediário Neonatal Canguru

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	10
CAPÍTULO I .....	14
1. O SERVIÇO SOCIAL NAS RELAÇÕES CAPITALISTAS DE PRODUÇÃO .	14
1.1 A Cultura do Assistencialismo Herdada pela Profissão .....	15
1.2 O Processo de Renovação do Serviço Social no Brasil.....	19
CAPÍTULO II .....	23
2 A RELAÇÃO ENTRE ESTADO E SOCIEDADE MEDIADA PELO SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE.....	23
2.1 O Neoconservadorismo e O Serviço Social: breves considerações .....	26
2.2 Os Ataques ao Estado Democrático de Direitos no Brasil .....	32
CAPÍTULO III .....	35
3. O EMBATE AO NEOCONSERVADORISMO NOS ESPAÇOS SÓCIO- OCUPACIONAIS DO SERVIÇO SOCIAL .....	35
3.1 Espaços Sócio-Ocupacionais e Históricos do Serviço Social .....	37
3.2 O Trabalho Profissional do(a) Assistente Social à Luz das Experiências Vivenciadas na Clínica Obstetrícia do HULW .....	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	45
REFERÊNCIAS .....	48

## INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Curso – TCC decorre das experiências vivenciadas no estágio curricular presencial em Serviço Social desenvolvido na Clínica de Obstetrícia do Hospital Universitário Lauro Wanderley – HULW, que constitui um hospital escola vinculado à Universidade Federal da Paraíba.

Observou-se inicialmente certo distanciamento, precarização do trabalho e desmotivação de assistentes sociais diante do atual contexto econômico, político e social em que o país tem enfrentado e a redução do quadro de profissionais na instituição face às aposentadorias e ausência da oferta de novas vagas para concurso público vêm de certo modo interferindo na dinâmica cotidiana do trabalho e rebate negativamente na qualidade do atendimento. Também há as disputas internas e fortes correlações de poder entre alguns núcleos profissionais, que insistem em alocar o Serviço Social numa condição de subalternidade e, portanto, é comum verificar o apagamento da atuação de assistentes sociais frente às usuárias atendidas na referida clínica.

Frente à fragmentação e seletividade na execução da política social da saúde, condições de trabalho nas instituições, bem como, a agudização da questão social diante das reformas adotadas pelo Estado e da minimização de suas funções somadas às dificuldades de domínio e de conhecimento crítico de algumas profissionais sobre as reais atribuições e competências profissionais de assistentes sociais têm resultado num processo de requisição de assistentes sociais para responder demandas que não são de competências da profissão.

No imaginário social ainda prevalece uma forte tendência de conceber a esfera assistencial sob o prisma da ajuda, da benevolência e, portanto, observou-se empiricamente a predominância dessa perspectiva das usuárias atendidas na clínica de obstetrícia do HULW em apontar que a relação das assistentes sociais se remete à ajuda, não havendo uma clara consciência sobre o processo de humanização no atendimento e, por vezes, por parte da equipe multiprofissional da referida clínica.

Desse modo, justifica-se a escolha pela temática embasadas nas inquietações ressaltadas com base nas observações sobre o cotidiano do estágio supervisionado e mediante ao acompanhamento das atividades e ações desempenhadas pelas assistentes sociais durante o estágio supervisionado I, no período de outubro de 2019 a março de 2020, de forma presencial, e, estágio supervisionado II de forma remota, no período de março a julho de 2021, em decorrência da pandemia.

Com relação ao estágio supervisionado II, excepcionalmente na modalidade remota por consequência da pandemia do Covid-19, a rotina de estágio supervisionado precisou passar por reajustamentos, nos quais foram inseridos encontros sistemáticos via google meet. Os encontros eram organizados pelas assistentes sociais do HULW, que apresentavam estudos de casos de usuários em situações problemas para serem analisados entre as assistentes sociais e os estagiários. Houve também com a participação de assistentes sociais de outras instituições para apresentar as suas experiências profissionais e promover rodas de conversas entre as assistentes sociais e os estagiários.

A partir da realidade observada e vivenciada na clínica de obstetrícia do Hospital Universitário Lauro Wanderley, de forma presencial apenas no estágio supervisionado I, visto que em decorrência da pandemia causada pelo coronavírus exigiu a retirada de estagiários e determinou o isolamento social, verifica-se já algumas lacunas no processo de trabalho do Serviço Social na referida instituição.

O objetivo principal do trabalho consistiu na análise acerca da atuação do Serviço Social, com breve resgate sobre as primeiras práticas assistencialistas até a contemporaneidade e frente à ofensiva neoconservadora que vem atingindo a profissão. Também propôs - se a refletir sobre a efetivação do atendimento às necessidades dos usuários que buscam os serviços de saúde e, em especial, a partir da atuação do(a) assistente social junto às usuárias atendidas na clínica obstétrica do HULW.

Os objetivos secundários tiveram: (i) realizar um levantamento histórico sobre o Serviço Social no Brasil considerando os principais marcos que

impactaram na atuação do Serviço Social, (ii) identificar o impacto do neoconservadorismo e sua relação com Estado e o Serviço Social mediante a sociedade capitalista, além de debater acerca dos ataques ao Estado Democrático de Direitos no Brasil, (iii) refletir sobre a efetivação do atendimento às necessidades dos usuários que buscam os serviços de saúde e, em especial, a partir da atuação do(a) assistente social junto às usuárias atendidas na clínica obstétrica do HULW.

Portanto, com o propósito de reafirmar a instrumentalidade política e social da profissão na mediação das relações capitalistas de produção e no atendimento aos interesses dos trabalhadores e trabalhadoras no País. Bem como na efetivação do atendimento às necessidades dos usuários que buscam os serviços de saúde e de proteção social e, em especial, das usuárias atendidas na clínica obstétrica.

Dadas às intercorrências conjunturais advindas com a pandemia foi necessário se deter ao levantamento de leituras bibliográficas sobre o tema e mesmo diante das incertezas, inseguranças, adoecimento, entre outros, manteve-se às orientações de TCC de forma remota.

Metodologicamente, este TCC está subdividido em três capítulos.

No primeiro capítulo será apresentado um breve resgate sobre a trajetória da profissão com ênfase ao rompimento e/ou superação da perspectiva assistencialista associada à gênese da profissão.

O segundo capítulo compreende a discussão sobre a análise do Serviço Social imbricado pelas relações capitalistas de produção e, portanto, como se configura historicamente a sua mediação na relação Estado-sociedade e capital-trabalho. Em seguida, trará a discussão acerca do neoconservadorismo, que influencia e dificulta diretamente no acesso aos direitos sociais para os usuários, colocando a profissão em desafio diário dentro do seu cotidiano. Por fim, o segundo capítulo debate acerca dos ataques ao Estado Democrático de Direitos no Brasil.

No terceiro capítulo abordará uma breve discussão dos espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social no Brasil, e a participação da profissão pela defesa dos direitos sociais e do estado democrático, opondo-se aos crescentes ataques conservadores no cotidiano institucional e, principalmente no âmbito hospitalar, considerando uma clínica obstétrica em um hospital escola.

E o trabalho finaliza com as considerações finais e a exposição das referências que serviram como base para o nosso estudo.

## CAPÍTULO I

### 1. O SERVIÇO SOCIAL NAS RELAÇÕES CAPITALISTAS DE PRODUÇÃO

Neste capítulo será apresentado uma breve trajetória do Serviço Social com recorte sobre o surgimento do serviço como resultante do desenvolvimento das relações capitalistas de produção. No intuito de compreender o significado do Serviço Social como profissão no Brasil é necessário entender primeiramente como se situa o processo de produção e reprodução das relações sociais.

De acordo com Iamamoto e Carvalho (2014), é essencial compreender que as relações se estabelecem e modificam de acordo com o processo de produção capitalista, ou seja, analisando as expressões da “questão social”. A “questão social” é o principal objeto de intervenção do assistente social. De acordo com Iamamoto (2001), a “questão social” se define como:

[...] conjunto das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção contraposto a apropriação privada da própria atividade humana- o trabalho-, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. É indissociável da emergência do “trabalhador livre”, que depende da venda de sua força de trabalho com meio de satisfação de suas necessidades vitais (IAMAMOTO, 2001, p.16-17).

Iamamoto e Carvalho (2014) complementam apontando que o processo de produção capitalista se apresenta ao homem como um modo não apenas de condições materiais, mas se expressa diante das relações entre classes sociais antagônicas. No sistema capitalista, o desemprego, a desigualdade social e a exploração do trabalho estão intimamente interligados, ou seja, integram o seu próprio modo de produção e reprodução (LIMA, 2018).

Lima (2008, p.16) complementa ao afirmar que “a sociedade capitalista, por sua natureza, cria suas desigualdades sociais e, contraditoriamente, suas políticas de enfrentamento a essas disparidades, pois é constituída por sujeitos histórico-sociais que nela se movimentam”.

A compreensão do capitalismo vai elucidar os conceitos formulados acerca da questão social. E o sistema capitalista se produz e se reproduz a partir da obtenção de lucros astronômicos pela extração da mais-valia, do subemprego, do trabalho informal, do desemprego e da manutenção de padrões alienantes de trabalho. A mais valia nada mais é do que a apropriação do trabalho excedente do empregado na fabricação de produtos ou na produção de serviços com valor de troca. De forma resumida, a mais valia é a mercantilização da força de trabalho do trabalhador pelo proprietário dos meios de produção por meio do salário pago. Assim, o trabalhador se torna também uma mercadoria, que é comprada para que o produto seja manufaturado. No processo da produção, o trabalho utilizado agrega valor ao produto final, que, por fim, é vendido pelo capitalista pelo valor de troca determinado pelo mercado (LIMA, 2018, p. 18).

A apreensão dessas contradições presentes nas relações capitalistas de produção e reprodução social e, sobretudo, o entendimento crítico acerca dos principais determinantes históricos que corroboram para o processo de exploração do/da trabalhador/a é uma exigência no cotidiano do trabalho do/da assistente social e visivelmente necessário para que o exercício profissional não seja limitado às práticas assistencialistas e conservadoras que marcaram a origem da profissão e que vêm sendo tendenciosamente retomadas diante de um governo neoconservador e com forte influência do segmento das pentecostais no Brasil.

### **1.1 A Cultura do Assistencialismo Herdada pela Profissão**

Neste tópico serão apresentadas breves considerações acerca da historicidade do Serviço Social desde suas formas assistencialistas tradicionais e os avanços da profissão ao longo da sua trajetória.

Para Lima *et al.* (2017), a origem do Serviço Social no Brasil teve uma semelhança com a origem da profissão na Europa no sentido de estabelecer uma relação direta com a mudança da economia do país, que migrou de um sistema agrário exportador, para um sistema industrial.

Compreendia um período influenciado pelas damas da alta sociedade e pela Igreja Católica e exercia um papel majoritariamente assistencialista. A visão da Igreja Católica sobre a relação do capital e trabalho foi descrita através da

publicação de Encíclicas Papais como a “Rerum Novarum (1891) e Quadragésimo Ano (1931)” (LIMA *et al.*, 2017). O Rerum Novarum foi escrito pelo Papa Leão XIII, em 1891, e tinha como principal objetivo propor soluções para os problemas sociais enfrentados pela sociedade. A Encíclica rejeitava o socialismo e capitalismo desenfreado e possuía o objetivo de frear o crescimento dos movimentos sociais de vertentes comunistas e liberais (RODRIGUES *et al.*, 2018). É um dos fatores mais ressaltados nas encíclicas conferia às chamadas desordens sociais cujo enfrentamento se baseava na defesa da reforma dos costumes da sociedade, baseados nos ensinamentos da Igreja católica.

O Estado baseado nas encíclicas papais buscou apoio da Igreja, pois a visão apresentada pela instituição religiosa sobre a relação de capital e trabalho mitigava os possíveis conflitos gerados pelos problemas sociais enfrentados naquele momento (BULLA, 2003).

Na década de 1930, as condições de trabalho para a maior parte da população eram consideradas desumanas diante dos elevados riscos postos aos trabalhadores e que trouxeram uma grande incidência de acidentes de trabalhos. Pois, naquela época, a carga horária de trabalho era bastante exaustiva, havia casos em que se chegavam a 16 horas por dia e não existiam direitos trabalhistas como o descanso semanal e as férias, no qual agravava ainda mais as condições já existentes. Além da condição de calamidade que inúmeras famílias enfrentavam por viver agregadas em seus territórios, e diante da elevada oferta de mão de obra, os salários da grande maioria dos operários industriais eram baixíssimos e impossibilitava que os mesmos pudessem oferecer as mínimas condições de salubridade e segurança da saúde (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014).

Esse fato impulsionou a necessidade de mulheres e crianças se sujeitarem também às condições desumanas de reprodução social para conseguir complementar a renda familiar e garantir a própria sobrevivência (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014).

A existência de uma superpopulação trabalhadora disponível, independente dos limites reais de crescimento da população, é condição fundamental para a vida do próprio regime do capital. Isto porque, à medida que cresce a força expansiva do capital

em face da produção em grande escala, aumenta o ritmo da acumulação, a transformação acelerada do produto excedente em novos meios de produção. A existência de grandes massas de trabalhadores disponíveis a serem imediatamente absorvidas, sem que a escala de produção em outras órbitas seja afetada, é condição para que o processo de acumulação ampliada se renove. Essa massa de trabalhadores é oferecida à indústria pela existência de uma população excessiva colocada em disponibilidade, devido a métodos de produção que diminuem, proporcionalmente, a cifra de trabalhadores ante a ampliação da mesma produção (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014, p.59).

Diante das condições precárias de vida, a população passou a reivindicar por melhorias e cobrar mais atenção dos poderes públicos, o que motivou a organização dos primeiros movimentos sociais brasileiros, que foram iniciados através de greves e revoltas dos reconhecidos operários industriais, com algumas manifestações ocorridas no Governo Vargas (LIMA, 2018).

Criou-se, portanto, o Ministério do Trabalho e, uma das estratégias utilizadas pelo governo para enfraquecer a luta dos trabalhadores foi a indicação de alguns líderes sindicais para cargos do ministério. Assim mantinha-se o lucro produtivo das indústrias, sem considerar o mínimo de bem estar para os trabalhadores (LIMA, 2018).

Em 1931, durante esse governo, o Serviço Social começou a se estruturar na garantia de direitos a população (LIMA *et al.*, 2017) e passou a atuar diretamente nas vilas operárias e ganhou a esfera pública (ESTEVÃO, 2006). Um dos principais marcos da implantação do Serviço Social no Brasil foi a criação do Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo – CEAS, em 1932. Sob o comando do Estado, o CEAS foi o resultado da necessidade identificada pelos setores de Ação Social e Ação Católica, com o intuito de dar maior produtividade a obras filantrópicas e promover um incentivo para a mobilização do laicado. O propósito do CEAS era viabilizar uma formação baseada em estudos da doutrina social da Igreja e formar profissionais que possuíssem maior conhecimento sobre os problemas sociais (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014).

Dessa forma, os profissionais teriam ferramentas e métodos mais efetivos para combater os problemas gerados pela relação da exploração do trabalho.

Através do CEAS foi fundada a primeira escola de Serviço Social em São Paulo, em 1936. Contudo, não pode ser vista como iniciativa exclusiva do Movimento Católico Laico, pois já havia sido apresentada uma demanda do Estado. Naquele momento, a demanda apresentada começou a ser alterada, pois as habilidades técnicas dos profissionais de Serviço Social eram bastante limitadas diante dos problemas sociais (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014).

Em 1939, com a necessidade de uma formação técnica especializada, a escola de Serviço Social passou por mudanças, e entre 1940 a 1950, a profissão continuou sendo influenciada pelo Serviço Social norte americano em seu agir profissional (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014).

De acordo com Aguiar (1982), essa influência aconteceu:

Quando os assistentes sociais foram estudar nas universidades americanas, o chamado Serviço Social de Casos era o mais desenvolvido. O Serviço Social de Caso recebeu de início, uma influência da Sociologia, mas é a Psicologia que fundamentará esse método; há preocupação com o indivíduo, suas emoções e sua personalidade. Isso se fez possível dado o desenvolvimento econômico dos Estados Unidos, o que não era e não é o caso do Brasil. Mas, como o Serviço Social brasileiro carecia de um aparato instrumental, o Serviço Social norte americano aparece como solução (AGUIAR, 1982, p. 60).

Essa proximidade com o positivismo serviu como suporte teórico metodológico para o Serviço Social, no intuito de abordar de forma analítica relações sociais em campo. “O positivismo trabalha com as relações aparentes dos fatos; considera o contexto individual e ignora o contexto abrangente” (YAZBEK, 2009).

Desde os primeiros movimentos no Brasil relacionados ao Serviço Social sob a influência das Igrejas, as ações relacionadas à profissão também estiveram atreladas a caridade. Apenas em 1957, que o Serviço Social passou a ser reconhecido e regulamentado como profissão, através da Lei n.º 3252 (LIMA, 2018). A lei trouxe de forma geral as atribuições que seriam associadas ao assistente social, em caráter geral ou privativo (AUGUSTINHO *et al.*, 2019).

A partir da década de 1960, diante da renovação do Serviço Social no Brasil, iniciava um processo de repensar as bases fundamentais para a

profissão. No Brasil, o movimento de Reconceituação esteve diretamente relacionado à ditadura militar, onde os profissionais assumiram a insatisfação enfrentada pela sociedade naquele momento com o objetivo de lutar pelos direitos de democracia, que naquele momento haviam sido comprometidos (LIMA *et al.*, 2017).

O movimento de Reconceituação tinha como premissa a crítica ao Serviço Social tradicional gerando um novo posicionamento para os profissionais sobre a questão social (NETTO, 2007) e exigindo “uma revisão teórica, metodológica, operativa e política para a profissão, tendo como base a teoria social crítica de Marx” (SANTOS, 2013) e propondo-se o distanciamento ao positivismo e a construção de um projeto profissional alinhado a um projeto societário em defesa das classes trabalhadoras.

Rodrigues *et al.* (2018) assinalam que entre os anos de 1964 até meados de 1980, a profissão passou por um processo de atualização sob três vertentes assim denominadas por Netto (2007), como sendo: a perspectiva modernizadora, de reatualização do conservadorismo e a de intenção de ruptura.

A perspectiva modernizadora defendia a necessidade de um método científico, visando adicionar bases científicas e teóricas ao fazer e pensar profissional. Essa perspectiva seguia a direção positivista com o intuito de analisar as relações de classe em sociedade (RODRIGUES *et al.*, 2018).

A perspectiva de reatualização do conservadorismo esteve vinculada a intervenção na centralidade do indivíduo e buscava resgatar elementos do tradicionalismo com a doutrina Católica. É a perspectiva que recupera elementos conservadores e originários da história da profissão (RODRIGUES *et al.*, 2018).

Rodrigues *et al.* (2018) complementam afirmando que a vertente de intenção de ruptura buscava romper com o tradicionalismo na profissão, tendo sua base na crítica sistemática. É a perspectiva que visa o pensamento progressista na sociedade, com base no pensamento marxista.

## **1.2 O Processo de Renovação do Serviço Social no Brasil**

Até meados da década de 1960, assistentes sociais tinham como função a inclusão dos indivíduos e a regularização das suas condutas em sociedade.

Não era discutido a relação com as políticas sociais e outras questões mais graves que necessitavam de um aporte teórico mais consistente, portanto as intervenções estavam voltadas a objetivos institucionais de integração social (AUGUSTINHO *et al.*, 2019).

O Movimento de Reconceituação tinha como premissa superar o debate acerca do “metodologismo” e dar maior visibilidade à política social e permitir um espaço mais amplo para a garantia dos direitos sociais no Brasil (FALEIROS, 1990). Destacava, portanto, esse redesenho da profissão mediante a inserção da política social no debate do Serviço Social como uma estratégia para afirmar o processo de ruptura ao conservadorismo e face ao desenvolvimento da sociedade capitalista.

“As proposições daí advindas constituíram as bases de um projeto profissional para os assistentes sociais brasileiros, construído coletivamente e conhecido como projeto ético-político profissional” (MIOTO, 2009, p. 214).

A década de 1960 foi marcada por uma conjuntura política e econômica repleta de tensões que puderam possibilitar mudanças significativas nas relações sociais entre o chamado proletariado e a burguesia. Assim, o movimento de reconceituação latino americano se apresentou por dois seguimentos: a perspectiva modernizadora e a de intenção de ruptura (RODRIGUES *et al.*, 2018).

O movimento latino americano teve seu início em 1965 no I Seminário da América Latina de Serviço Social, em Porto Alegre; o segundo aconteceu no Uruguai, em 1966; o terceiro na Argentina, em 1967; o quarto aconteceu no Chile, em 1969; o quinto na Bolívia, em 1970; e o sexto seminário ocorreu novamente em Porto Alegre, em 1972. Esses seminários contribuíram significativamente no processo de reconceituação somando-se ao Centro Latino-americano de Trabajo Social - CELATS criado em 1972, com o intuito de construir uma articulação política e acadêmica entre os profissionais de Serviço Social (RODRIGUES *et al.*, 2018).

O processo de renovação do Serviço Social Latino-Americano ocorreu por meio da crise das ciências sociais de origem norte americana, como o movimento estudantil e da renovação da Igreja Católica. Essa reorganização

social serviu como um espaço favorável a construção de uma intervenção crítica e para a análise das questões sobre a racionalidade das instituições e do Estado burguês (NETTO, 2008).

No decorrer do processo de renovação do Serviço Social brasileiro compreendido entre os anos de 1964 até meados de 1985, durante o período da ditadura, enquanto a profissão galgava o seu desenvolvimento diante da premissa de difundir o modelo econômico capitalista a monopólios de origem norte-americana, mas era marcado pela repressão e violência. Já nos anos de 1965 a 1975 deu início a intenção de ruptura, ocupando o cariz modernizador e demonstrando o interesse pela adoção do método científico. E ao longo do seu processo de intenção de ruptura ampliou-se o interesse de transformar o Serviço Social em uma ciência, fazendo com que os profissionais se reconhecessem como classe, abandonando a neutralidade (RODRIGUES *et al.*, 2018).

Iamamoto (2004) assinala que o processo de renovação do Serviço Social poderia ser descrito como uma busca em resposta à crise de legitimidade, essa dupla crise funcional e social. Na crise funcional “[...] implicou um questionamento global da profissão: de seus fundamentos ideoteóricos, de suas raízes sociopolíticas, da direção social da prática profissional e de seu *modus operandi*” (IAMAMOTO, 2010, p. 205).

Rodrigues *et al.* (2018) complementa afirmando que a legitimidade social compreendia as demandas relacionadas às expressões da questão social e apontadas pelos usuários atendidos pelos assistentes sociais. Dessa forma, buscava-se romper com o tradicionalismo e legitimar a perspectiva de intenção de ruptura e nesta direção apresentaram-se as primeiras influências marxistas.

Em 1985, diante da repressão oriunda da ditadura militar, ocorreu o enfraquecimento do Movimento de Reconceituação, pois não existia liberdade para a realização de encontros e seminários para debater assuntos acerca da categoria profissional. Porém, mesmo com tantos empecilhos foram alcançadas transformações significativas e também algumas limitações como, a interlocução crítica com as ciências sociais, articulação de uma nova concepção da unidade latino-americana, dimensão política da ação profissional e o pluralismo profissional (NETTO, 2005).

A partir de 1990 se definia um processo de construção da hegemonia profissional que defendia os direitos e a democracia. Essa construção garantiu um marco importante na prática profissional do país, como a consolidação de um novo Código de Ética, assegurava-se uma proposta crítica e uma forte direção social estratégica, denominada como Projeto Ético Político Profissional do Serviço Social no Brasil (SILVA, 2015).

Com base no projeto ético-político e no Código de Ética, a profissão passa a galgar novos caminhos através da predominância da teoria social crítica na formação profissional e na defesa pelo Estado Democrático de Direitos e dos interesses dos trabalhadores e trabalhadoras.

## CAPÍTULO II

### **2 A RELAÇÃO ENTRE ESTADO E SOCIEDADE MEDIADA PELO SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE**

Com o avanço da redemocratização do país e a elaboração da Constituição Federal brasileira em 1988, um leque de direitos sociais constitucionais passou a ser garantidos pelo Estado aos cidadãos, sobretudo com a aprovação da Seguridade Social.

Ao reconhecer a importância de se ter um Estado democrático de direitos de fato e a atuação do Estado voltada para as estratégias de redução das desigualdades sociais, o Serviço Social se apresenta nessa relação entre Estado e sociedade para fortalecer a defesa pelos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras no Brasil e lutar pela garantia de serviços de proteção social na agenda das políticas públicas. Sobre esse debate é que versará esse segundo capítulo do trabalho.

A caminhada das lutas sociais durante o período democrático trouxe mudanças políticas na formação e ao pensamento de assistentes sociais que somaram nas disputas por direitos e que, em especial, culminou com os ganhos do chamado Congresso da Virada no Serviço Social, quando os profissionais passaram a adotar a dialética marxista para trabalhar com a realidade social (LIMA *et al.*, 2017).

O Congresso da Virada foi o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais e ocorreu em setembro de 1979. O Congresso da virada é considerado um dos principais marcos no desenvolvimento do Serviço Social no Brasil. O país estava em uma transição do período de ditadura e do início da construção da democracia, onde o Serviço Social assumiu claramente a defesa da classe trabalhadora, frente as ofensivas do capitalismo (SALAZAR e NICÁCIO, 2020).

O Congresso da Virada se tornou uma base de referência para atuação profissional “[...] justamente por ter inaugurado uma nova direção política, de caráter crítico e à esquerda, seja nas entidades organizativas profissionais e

sindicais, seja nas vinculadas ao ensino do Serviço Social no país” (MOTA e RODRIGUES, 2020, p. 201).

Com as transformações societárias vieram também os avanços no campo jurídico, entre eles, no Serviço Social houve a substituição da Lei nº 3.252 para a Lei de nº 8.662/93, que passou a regulamentar o trabalho do/da assistente social no Brasil. A revisão do Código de Ética de 1986 consistiu na aprovação do Código de Ética de 1993, com o intuito de apresentar um projeto profissional atual e em comprometimento com toda população e não apenas com a classe trabalhadora (LIMA *et al.*, 2017). Ambas legislações contribuíram para o fortalecimento e consolidação do Projeto Ético-Político na profissão.

Netto (1999, p. 104) afirma que o projeto ético-político profissional “[...] se constrói com base na defesa da universalidade do acesso a bens e serviços, dos direitos sociais e humanos, das políticas sociais e da democracia”.

Nesse sentido, os profissionais de Serviço Social atuam e se posicionam em suas dimensões teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas (AUGUSTINHO *et al.*, 2019). Para melhor compreender o trabalho do/da assistente social na contemporaneidade, será apresentado neste capítulo uma compreensão acerca da mediação do Serviço Social nas relações entre Estado e sociedade.

Mandel (1982), afirma que o Estado faz parte da divisão social do trabalho e atua como mediador na produção e estruturação das classes. Desse modo, percebe-se que o Estado antecede do capital, porém a forma como ficou conhecido advém da sociedade capitalista.

O Estado esteve vinculado aos interesses da burguesia desde os primeiros momentos de institucionalização das políticas sociais em sociedade. Desse modo, buscou legitimar sua base política no intuito de conter possíveis processos sociais que pudessem oferecer riscos ao desenvolvimento do capital (LINS e ALEXANDRE, 2014).

Com base no pensamento de Marx, a sociedade compreende as relações econômicas de cada sociedade civil, ou seja, pertence à estrutura, já o Estado é parte da superestrutura, portanto, se configura como uma relação de dominação

(PEREIRA, 2009) e no meandro dessa relação é que estão configuradas as políticas sociais de Estado.

A política social teve seu desenvolvimento voltado para o enfrentamento expressões da questão social, podendo ser acompanhado de condições políticas, econômicas e culturais no sistema capitalista, ou seja, se desenvolveu nas lutas das classes. O Estado sendo o principal provedor da política social, esta, também está inserido em instituições privadas inscritas nas relações de classes (LINS e ALEXANDRE, 2014).

Essas instituições propiciaram garantias assistenciais à classe trabalhadora na prestação de serviços como saúde, previdência, lazer etc. Dessa forma, a atuação do profissional de Serviço Social passou a exercer atividades voltadas para o modo de pensar e existir da classe trabalhadora (IAMAMOTO, 2002).

A profissão de Serviço Social estabelece processos de trabalho entre o público e o privado, porém, há uma diferença entres esses setores de atuação. No setor público, o profissional atua junto às estratégias de mediação das ações do Estado voltada para os interesses da população e do mercado. E no setor privado, o/a profissional se dedica mais à lógica empresarial e na mediação de interesses contraditórios, no sentido de assegurar direitos trabalhistas básicos e a prestação de benefícios sociais para os trabalhadores de modo assegurar a qualidade na produção (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014).

Dessa forma, a atuação do Serviço Social se estabelece como parte fundamental do setor público e privado, sendo o profissional um trabalhador assalariado (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014).

O Serviço Social contemporâneo se espraia no Brasil através da reafirmação do Projeto Ético Político Profissional que ganhou forças desde os anos de 1990, sob o viés da hegemonia progressista na profissão.

Todavia, Silva (2015) destaca três eixos necessários de análise: a compreensão sobre os determinantes que engendram as relações entre sociedade, capital e trabalho; os desafios para legitimar os princípios da direção social da profissão no cotidiano; e os riscos da retomada neoconservadora no

Serviço Social aliada ao projeto de Estado vigente. Esse segundo capítulo propõe-se, portanto, a trazer algumas reflexões críticas sobre esse debate.

## **2.1 O Neoconservadorismo e O Serviço Social: breves considerações**

Neste tópico será abordado a relação do neoconservadorismo e o Serviço Social, a partir de um breve resgate histórico sobre a relação entre o liberalismo e o conservadorismo.

O liberalismo é uma corrente filosófica que busca seguir com o exercício do poder político e social voltado para os valores morais dos indivíduos (RAMOS, 2021). Essa filosofia tem como base a:

[...] liberdade individual, a propriedade privada, a iniciativa individual, a empresa privada e a interferência mínima do governo, o que justifica o nome da teoria em oposição às restrições feudais e mercantilistas (DA SILVA, DALCIN e STEFANI, 2018, p. 62).

As tensões geradas entre a visão liberalista de que o Estado deve intervir minimamente nas decisões dos indivíduos, gerou tensões que resultaram na criação dos direitos chamados de primeira geração, como o direito à vida, direito à liberdade de imprensa e os direitos de liberdade religiosa (ROSAS e FERREIRA, 2013).

Em contrapartida a corrente do liberalismo, pode ser apontado a corrente do conservadorismo. O conservadorismo se baseia em alguns princípios como: “legitimação da autoridade e liberdade fundadas na tradição; liberdade restrita; a concepção de democracia como ineficiente forma de governo; repúdio à laicização” (SOUZA e OLIVEIRA, 2018, p. 5).

Essa corrente de pensamento considera como essencial para sociedade, o controle pela autoridade, seja ela religiosa ou não, pois considera ser inerente ao ser humano, características de covardia e egoísmo, deixando explícito a necessidade de acompanhamento próximo sobre as decisões dos indivíduos (SOUZA e OLIVEIRA, 2018).

O pensamento conservador se utiliza do autoritarismo para a sua perpetuação, sendo totalmente coercitivo e excludente para os indivíduos em sociedade, portanto, traz uma série de violências aos cidadãos, como o racismo, transfobia, discriminação, sexismo (AUGUSTINHO *et al.*, 2019). O conservadorismo e sua experiência prática é, portanto, consequência do movimento contrário da modernidade e mantém uma conduta preservadora oriunda da ordem do capital (YAZBEK, 2009).

Entre os anos de 1960 e 1970, com o descontentamento do liberalismo estadunidense e conservadorismo somado ao contrário pensamento comunista gerou-se uma nova linha de conservadores que se misturava a ideais liberais (MOLL, 2015). Lima e Hypolito (2019) complementam afirmando que este foi um movimento que surgiu a partir da crise mundial do capitalismo dos anos de 1970.

Assim emergia o neoconservadorismo que partia de uma linha de pensamento próximo ao pensamento dos neoliberais, afirmando que os programas sociais e a mediação do governo na economia causavam prejuízos na produtividade e no processo de inovação do país (MOLL, 2015). Os neoconservadores também são aqueles que definem os valores do passado como melhores que os atuais e lutam pelas tradições culturais (LIMA e HYPOLITO, 2019).

Os neoconservadores apontam que a interferência intensa do Estado através de programas sociais impacta diretamente a produtividade do país, pois retira a motivação dos indivíduos em relação ao trabalho e a inovação, por esses programas garantirem a segurança econômica dos impactados (LIMA e HYPOLITO, 2019). Eles ainda apontam que a intervenção do Estado retira os verdadeiros responsáveis pela harmonia social, que de acordo com essa linha de pensamento, não deveria ser provida pelo Estado, mas sim pela família, igreja e comunidade (LIMA e HYPOLITO, 2019).

De acordo com essa linha de pensamento, o dito “Bem-Estar Social” deve ser rejeitado e suprimido, pois promove a “proliferação” de indivíduos parasitas, além de impactar negativamente nos laços morais da sociedade (MOLL, 2010).

O contexto do neoconservadorismo no Brasil não pode ser simplesmente atrelado às crises capitalistas, pois envolve outras particularidades como os

efeitos do colonialismo e da escravidão sobre a formação social do país (ALMEIDA, 2020).

No cenário brasileiro, Miguel (2016) identificou três diferentes correntes atreladas aos conservadores, (i) libertarianismo, (ii) o fundamentalismo religioso e o (iii) antigo anticomunismo. O autor indica também que as divisões das correntes são apenas para facilitar a compreensão das classificações e que os indivíduos podem ser enquadrados em uma ou mais correntes.

O libertarianismo está justamente atrelado à defesa de um Estado mínimo, com a menor interferência econômica do Estado na sociedade, defendendo que qualquer desigualdade gerada por mecanismos do mercado é justa, por pior que pareça (MIGUEL, 2016).

O fundamentalismo religioso está atrelado à pressuposição de uma verdade única, limitando qualquer possibilidade de diálogos que contrariem o que é defendido pelas igrejas. Normalmente é atrelado unicamente de forma errônea, apenas com as “bancadas evangélicas”, deixando de lado outras religiões com forte influência, como por exemplo, a igreja católica (MIGUEL, 2016). A última corrente apontada é o anticomunismo, ligado a possíveis teorias conspiratórias de que o movimento do comunismo iria dominar o subcontinente (Ib.).

Nas últimas décadas no Brasil, o Partido dos trabalhadores (PT) foi atrelado como a versão brasileira do comunismo, sendo comum até tratar como “sinônimos” os termos de anticomunismo e antipetismo (MIGUEL, 2016). O termo “neo” do neoconservadorismo traz teoricamente novos elementos para a corrente do conservadorismo, apesar de que dentro do contexto brasileiro se constitui baseado em elementos antigos, como a desigualdade social profundamente enraizada na sociedade, como apontado por Almeida (2020):

[...] desigualdade social: entre capital e trabalho e, também, entre homens, mulheres e entre os/as que foram historicamente dissidentes do binarismo de gênero, entre pessoas brancas de origem europeia (ou entendidas como tais) [...] (ALMEIDA, 2020, p. 721).

Almeida assevera que “o conservadorismo é, e sempre será, alimento imprescindível da reprodução do capital, e por isso nunca sai de cena” (ALMEIDA, 2020, p. 721). Enquanto que para Boschetti, o conservadorismo é “[...] um alimento central para conservar a sociedade capitalista e sempre estará a seu dispor” (BOSCHETTI, 2015, p. 639).

No contexto atual observa-se a ascensão do movimento neoconservador no Brasil, explicitado pelos resultados da eleição para presidente de 2018 (ALMEIDA, 2020). Os resultados da eleição de 2018 reafirmaram existir algumas tendências estruturais que impulsionaram o deslocamento das classes médias para a “direita”, tendo como um dos possíveis efeitos a eleição justamente de um candidato sem grandes resultados políticos e pessoais, para o mais alto cargo da nação brasileira (BRUM, 2019).

Correa (2019) complementa apontando que:

[...] tendências estruturais que devem ser consideradas como pano de fundo de longo prazo da cena eleitoral de 2018 os padrões de desigualdade e de violência estrutural que permaneceram sem solução após três décadas de consolidação democrática, em particular a violência pela dor e percepção, real e fabricada, da desordem que produz. Outra dimensão desse pano de fundo é, sem dúvida, a longa e muito enraizada cultura de corrupção política. Tão ou mais importante, é o longo curso de crescimento e sedimentação do dogmatismo moral religioso, particularmente em sua expressão evangélica, mas não exclusivamente, uma vez que a restauração conservadora católica, pós anos 1980 afetou profundamente a igreja e o fieis brasileiros (CORREA, 2019, p.2).

A eleição do presidente Bolsonaro em 2018 ainda pode ter como uma das explicações, o resultado das insatisfações que foram potencializadas pela crise capitalista mundial e seus reflexos na realidade brasileira. O candidato idealizou o retorno aos valores tradicionais que eram considerados os mais adequados e oferecendo uma sensação de ordem ao mundo (ALMEIDA, 2020).

Correa (2019) já indica que os problemas atualmente enfrentados não podem ser atribuídos apenas ao presidente Bolsonaro. O fato de um candidato como Bolsonaro ser eleito reflete também uma sociedade com problemas estruturais e culturais históricos e enraizados como o racismo, o classismo, o

heteropatriarcalismo e o autoritarismo que ganharam novos espaços diante da ingovernabilidade que assola o país e que atinge a profissão.

Pois, o Serviço Social enfrenta desafios referentes ao forte crescimento do neoconservadorismo, ao constatar a incidência de profissionais que se posicionam de forma contrária em relação as bandeiras históricas de defesas dos direitos humanos, inclusive dentro dos ambientes de formação profissional dos jovens universitários (PINHEIRO, 2015).

O Projeto Ético Político do Serviço Social diverge do cenário atual brasileiro, que é marcado por “um tempo de incertezas no mundo do trabalho e dimensionamentos peculiares no plano estatal” (PINHEIRO, 2015, p. 205).

Os fatores que deixam evidentes as dificuldades da atuação do Serviço Social são: a “criminalização dos movimentos sociais, precarização do trabalho, privatizações, desmantelamento das políticas sociais, ataque aos direitos humanos [...]” (PINHEIRO, 2015, p. 205), deixando explícito as tensões existentes dentro do cenário nacional.

Pinheiro (2015) aponta ainda que as propagações do fundamentalismo religioso e da intolerância no cenário atual brasileiro, agravam e dificultam a atuação do Serviço Social que “[...] afirma publicamente o combate aos preconceitos e às opressões, que defende o princípio de uma atuação laica e que busca consolidar, tanto a atuação profissional como a formação de futuros assistentes sociais” (PINHEIRO, 2015, p. 205).

O combate ao conservadorismo segue uma trajetória que atravessa as últimas décadas e se depara com velhos e novos modos de espraiamento e estabelecimento de suas manifestações. O arcabouço teórico-metodológico e a direção ético-política são o pano de fundo de fortalecimento coletivo da profissão e de sua formação profissional crítica e com sentido emancipatório. (PINHEIRO, 2015, p. 219).

Por fim é evidente que as manifestações advindas do neoconservadorismo impõem limites e geram dificuldades na tarefa imprescindível da atividade do assistente social em analisar e se posicionar de forma crítica diante as relações sociais.

O esforço para ampliação da discussão dentro da categoria dos assistentes sociais é essencial para a consolidação e fortalecimento da classe, deixando de lado visões unilaterais e/ou simplificadoras (ALMEIDA, 2020).

Portanto, é necessário fortalecer a luta em defesa do projeto democrático e de retomada das forças dos segmentos sociais e movimentos de luta dos trabalhadores para assegurar as conquistas sociais e reafirmar a nossa resistência contra esse projeto burguês, elitista, excludente, que defende a liberação de armamentos e contribui para o crescimento da violência urbana e contra população negra, contra as mulheres, os povos indígenas e quilombolas.

Desde o governo Temer e consolidação do governo Bolsonaro que a crise econômica e política vivenciada no País, o projeto privatista e à retomada de práticas ditatoriais que deslegitima políticas de proteção ambiental, que ataca direitos trabalhistas e que representa um largo campo de retrocessos assistidos desde ao movimento considerado como golpe à democracia brasileira, que levou ao impeachment de Dilma Rousseff, em 2015.

Desde então, o ataque aos direitos sociais, o aceleração às reformas, a instauração de uma política genocida e a defesa de um projeto elitista e excludente orquestrado e fortalecido durante a pandemia tem contribuído para o aumento do desemprego, da inflação e elevação dos preços, o retorno do Brasil ao mapa de fome, entre outros.

Para melhor compreender o Estado Democrático de Direito é preciso entender como ocorre a sua formação básica e buscar elementos relevantes que possam afirmar a sua existência em sociedade.

Para compreender a concepção adequada acerca do Estado é necessário fazer uma análise da evolução histórica de outras formas de organização estatal e encontrar traços definidores do Estado Democrático de Direito (SANTIAGO, 2019).

Scheifler *et al.* (2018) afirma que o Estado democrático de direito busca garantir o respeito ao direito humano e a liberdade civil. Nesse sentido, o Serviço Social, por possuir um embasamento teórico e metodológico apresenta diretrizes para a consolidação da democracia, compreendendo-a como garantidora da

participação social e política dos indivíduos, liberdade de expressão e fiscalização das políticas públicas.

## **2.2 Os Ataques ao Estado Democrático de Direitos no Brasil**

O modelo estatal denominado como Estado Democrático de Direito pode ser definido por meio de seguimentos como sendo: atuação pautada no princípio democrático e residir sua origem e fundamentação na ordem jurídica constitucional (SANTIAGO, 2019).

Nesse modelo estatal, a Constituição se manifesta como parte estrutural e determina parâmetros básicos para o seu formato institucional. Os principais valores sociais encontram-se na ordem constitucional, assim como os direitos e princípios são essenciais para o Estado, portanto, determina seus rumos e fiscaliza características básicas de sua atuação política (CRUZ, 2005).

A Constituição Federal de 1988 foi fundamental para a transição da democracia e ficou conhecida como a Constituição Cidadã. Nesse sentido, incluiu a participação social para a garantia dos direitos sociais e inseriu a Política de Assistência Social no tripé da Seguridade Social, composta pela Assistência Social, Saúde e Previdência Social (SHEIFLER *et al.*, 2018).

A Constituição de 1988 foi construída a partir de uma Assembleia Nacional Constituinte com o intuito de certificar um Estado democrático de direito que proporcione à garantia do exercício dos direitos individuais e sociais, como o direito à liberdade, segurança, desenvolvimento, bem estar, igualdade, justiça, harmonia social, pluralista e sem preconceitos (MARTINS, 2001).

Cretella Jr. (1992) afirma que a sociedade pluralista é composta por um conjunto de indivíduos que admitem opiniões e a diversidade de concepções, que estão abertos a diálogos e opiniões contrárias de um líder sobre a maioria. Portanto, é uma sociedade heterogênea, que está em defesa à aglutinação de realidades diversas.

No Estado pluralista, a democracia funciona como um tipo de ordenamento jurídico que se preocupa com os valores de uma determinada

comunidade, mas ao mesmo tempo também está atento a especificidade do indivíduo (SHEIFLER *et al.*, 2018).

Martins (2001) complementa que o pluralismo funciona como um instrumento de contrapeso ao poder do Estado, que permite que o indivíduo e seus grupos possam usufruir de um autopoder que possa driblar o Estado. No entanto, é preciso se atentar a necessidade de um equilíbrio entre Estado e sua força por via do direito, no sentido de controlar as movimentações que um determinado grupo possa vir a criar em sociedade, podendo dissociar do próprio bem comum. Portanto, o autor coloca que o pluralismo luta contra a concentração de todo o poder do Estado, sendo está à garantia dos indivíduos em contrapartida aos superpoderes estatais.

Martins (2001) complementa afirmando a necessidade de um Estado que tenha limite mínimo necessário para proteção da vida humana. Nesse sentido, não é o indivíduo que deve servir ao Estado, mas o Estado que deve existir para dar o suporte necessário ao indivíduo.

Atualmente, o país está passando por uma crise política, econômica, ética e social. Nesse sentido, o Serviço Social é provocado a fazer uma análise da realidade considerando todo seu movimento histórico, porém, precisa estar atento as transformações societárias da atualidade, tendo conhecimento sobre as contradições e dos fatores condicionantes na sociedade capitalista (SHEIFLER *et al.*, 2018).

Para Yamamoto (2008), analisar o movimento das classes sociais do Estado em suas relações com a sociedade foi fundamental para o Serviço Social poder esclarecer as particularidades da profissão e compreender em como se insere na história da sociedade. Por ter a capacidade de observar como um todo, hoje, o Serviço Social é entendido como uma especialização inserida na divisão sociotécnica do trabalho, que busca analisar o processo de trabalho no qual está inserido.

O Serviço Social tratado como especialização do trabalho, no universo do valor, inserido na mercantilização, tem como objetivo beneficiar a produção e reprodução da vida social como determinantes na constituição da subjetividade e materialidade das classes sociais que vivem do trabalho (IAMAMOTO, 2003).

Para Sheifler *et al.* (2018) outro fato importante a debater é sobre a destruição e desorganização dos serviços sociais públicos como um grande desafio para o Serviço Social, que tem sua atuação voltada na defesa da cidadania e dos direitos sociais. Essa realidade traz uma reflexão contemporânea sobre o exercício profissional, de modo que o assistente social possa estar:

[...] munindo-se de dados, informações e indicadores que possibilitem identificar as expressões particulares da questão social, assim como os processos sociais que as reproduzem (IAMAMOTO, 2003, p. 37-38).

Na contemporaneidade, é preciso que o profissional de Serviço Social tenha entendimento sobre as problemáticas das expressões da questão social para poder implementar, formular e viabilizar direitos sociais pelas políticas sociais que estejam disponíveis. A problemática relacionada à questão social se reproduz por meio da globalização econômica e do mercado neoliberal, que se encontra controlado pelos oligopólios e das nações detentoras da economia. No país, essa condição se apresenta de forma grave e atinge todas as classes e setores sociais (SHEIFLER *et al.*, 2018).

Lidar com a violação de direitos, risco social e vulnerabilidade de indivíduos exige uma competência do profissional ao analisar a realidade, pois precisa definir e estabelecer articulações junto à rede socioassistencial, seguindo do princípio de que as expressões da questão social são multifacetadas e não podem ser solucionadas apenas por uma política pública. O cenário econômico, político e social na atualidade exhibe limitações que passam a exigir do/da assistente social a capacidade de ultrapassar imposições das políticas sociais, evidenciadas a partir de recursos insuficientes (SHEIFLER *et al.*, 2018).

### CAPÍTULO III

#### 3. O EMBATE AO NEOCONSERVADORISMO NOS ESPAÇOS SÓCIO-OCUPACIONAIS DO SERVIÇO SOCIAL

O terceiro capítulo abordará uma breve discussão sobre a configuração dos espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social no Brasil e a participação da profissão na luta pela defesa dos direitos sociais e do Estado Democrático opondo-se aos crescentes ataques neoconservadores no cotidiano institucional e, principalmente, no âmbito hospitalar.

O profissional de Serviço Social exerce seu trabalho de forma remunerada nas organizações públicas e privadas, com competência e atribuições específicas e habilitados para atuarem em diferentes áreas das políticas de proteção social no Brasil.

De acordo com a Resolução n. 218 de 06/03/1997 do Conselho Nacional de Saúde, o Serviço Social passou a ser reconhecido como profissão da saúde; norteado pelo projeto da Reforma Sanitária e os princípios e diretrizes do SUS e pela concepção ampliada da saúde.

O Serviço Social contemporâneo assume um caráter investigativo, interventivo e articula as dimensões teórico- metodológica, técnico-operativa e ético-política (IAMAMOTO, 1998) da sociedade e aos valores de justiça social, liberdade e equidade no enfrentamento das desigualdades. E o conjunto das necessidades sociais é que revela a utilidade social da profissão que se manifesta através das múltiplas expressões da questão social e vem configurar a instrumentalidade do trabalho profissional do assistente social no Brasil.

A **instrumentalidade** é considerada uma condição necessária de todo trabalho social quanto categoria constitutiva, que se revela em um modo de ser de todo trabalho.

A instrumentalidade do serviço social parece referir-se ao uso daqueles meios e instrumentos imprescindíveis ao **agir profissional**, através dos quais os assistentes sociais podem

passar da mera intencionalidade (finalidade, teleologia ou prévia – ideação) para a efetivação das ações profissionais. (GUERRA, 2000, p.05).

Inferir afirmar que a instrumentalidade do Serviço Social remete a uma determinada capacidade ou propriedade que a profissão adquire na sua trajetória sócio-histórica como resultado do confronto entre teleologias e causalidades. Logo, a instrumentalidade não se refere apenas à competência técnico-operativa, mas à totalidade e ao conjunto de saberes específicos, vindos principalmente das três competências, como a teórico-metodológica, a técnico-operativa e a ético-política (COSTA, 2008).

Ao mesmo tempo que é exigido do profissional no cotidiano do seu trabalho assumir tais competências, é fundamental também conhecer não apenas o funcionamento da instituição ou da unidade em que trabalha, mas a lógica de um projeto societário vigente e avaliar se corresponde ao tipo de projeto que se deseja alinhado com a profissão e que atenda aos interesses da população trabalhadora funcionamento do sistema de saúde (rede) (COSTA, 2008).

Ou seja, é essencial que projeto societário tenha identidade com o projeto ético, político e profissional do Serviço Social. Para além de entender a conjuntura política e econômica do País, se faz primordial ter o amplo conhecimento sobre as particularidades e complexidades presentes nos espaços sócio-ocupacionais e apreender as correlações de forças e interesses representados para dialogar com outros núcleos profissionais e para garantir autonomia.

Na saúde, em especial, na rede hospitalar, existem demandas institucionais rotineiras e singulares que são identificadas a partir da aproximação direta com os usuários nos atendimentos realizados em nível ambulatorial ou através de visitas ao leito, ou ainda, mediante o reconhecimento das demandas espontâneas apresentadas pelos usuários e suas famílias quando recorrem ao Serviço Social.

O trabalho do assistente social na saúde deve ter como eixo central a busca criativa e incessante da incorporação dos conhecimentos e das novas

requisições à profissão, articulados aos princípios dos projetos da reforma sanitária e ético-político do Serviço Social (BRAVO e MATOS, 2006).

O assistente social deve compreender as suas competências e atribuições para atuar com segurança e compromisso. É importante conhecer os parâmetros para a atuação de assistentes sociais na Política de Saúde para atuar, e para informar e esclarecer junto a equipe de profissionais da saúde quais são as suas reais competências.

### **3.1 Espaços Sócio-Ocupacionais e Históricos do Serviço Social**

Os espaços sócio-ocupacionais surgiram pela existência das necessidades sociais. Nesse sentido, o profissional de Serviço Social assume esse espaço quando o Estado passa a intervir na questão social por meio da modalidade de atendimento (GUERRA, 2000).

Os assistentes sociais estão inseridos em diversos espaços sócio-ocupacionais e podem atuar em setores públicos e privados, como hospitais, prefeituras, ministérios, empresas privadas, escolas, governos estaduais, centros de convivência, unidades de saúde, movimentos sociais. Atuam em políticas de proteção social às mulheres, crianças e adolescentes, idosos, população negra, comunidades indígenas e LGBTQIAP+, em defesa das classes trabalhadora, em universidades públicas e privadas, institutos técnicos e organizações não governamentais (AUGUSTINHO *et al.*, 2019).

Granemann (1999) complementa ao afirmar que, o assistente social inserido na divisão sociotécnica do trabalho não se autodetermina. Nesse sentido, não considerar esse processo de subordinação associado a uma frágil discussão das particularidades da prática profissional nos inúmeros espaços sócio-ocupacionais, pode causar elementos variáveis que interferem na tensão entre as imposições do mercado e a idealização dos profissionais sobre as suas atividades profissionais (COSTA, 2000).

Lima *et al.* (2017) destaca que é notório que no setor público se tem o maior número de assistentes sociais, porém, nos últimos anos, esse setor vem

passando por transformações em sua organização. Essas transformações resultam de uma política de descentralização que opera nas esferas federais, estaduais e municipais.

Essa descentralização promove uma ampliação do mercado de trabalho nas principais esferas do governo. Porém, na ausência de concursos há uma tendência de contratação temporária, sem contar com processo seletivo e estabelecendo uma relação político eleitoreira direta entre profissional e gestores. Outra problemática corresponde às condições estruturais para a reprodução social do trabalho. Pois, conforme Lima (Ib.) assinala, é comum entre assistentes sociais que trabalham nos setores públicos, se deparar com algumas situações de precariedade que vão desde a falta de material básico até a falta de recursos de assistência, prontuários de atendimento, saúde, etc. (LIMA *et al.*, 2017).

Essas situações de precariedade podem trazer uma sobrecarga de trabalho para esses profissionais por causa dos focos de atuação dentro do ambiente de trabalho e excesso de demandas (IAMAMOTO, 2014).

No setor privado, a fim de contemplar suas ações sociais dentro e fora das empresas há uma necessária busca na redefinição de políticas de recursos humanos. Dessa forma, surgem outras possibilidades de atuação para o profissional de Serviço Social, porém deve estar alinhada aos interesses da instituição contratante (LIMA *et al.*, 2017).

De um modo geral, seja no setor público ou privado, o assistente social necessita manter sempre sua identidade profissional por meio do seu projeto ético-político e de suas competências. Nesse sentido, o assistente social que mantém sua identidade profissional não irá passar por risco de situações antiéticas e/ou que possa vir a favorecer os interesses dos empregadores, mesmo que esteja diante de contradições (LIMA *et al.*, 2017).

Já Iamamoto (2009) desperta a nossa atenção quando afirma ser de grande relevância estimular projetos e pesquisas nos espaços sócio-ocupacionais dos assistentes sociais para melhorar o conhecimento do modo de vida e de trabalho, gerando um acervo de informações sobre os indivíduos e as expressões da questão social. Esse conhecimento vai conduzir para a

consciência crítica e cultura democrática, portanto, precisa criar estratégias técnicas e políticas no campo da comunicação social (IAMAMOTO, 2009).

O espaço sócio-ocupacional da saúde compreende historicamente um campo vasto de possibilidades interventivas para a profissão, porém a relevância do trabalho de assistentes sociais em hospitais está diretamente relacionada às disputas entre os projetos de saúde, o SUS e o projeto privatistas e a correlação de forças na defesa de projetos societários.

Conforme os parâmetros para a atuação de assistentes sociais na Política de Saúde, as práticas colaborativas do Serviço Social devem se configurar através das ações assistenciais, ações em equipe; ações socioeducativas, ações de mobilização, participação e controle social, ações de investigação, planejamento e gestão, e ações de assessoria, qualificação e formação profissional (CFESS, 2010).

### **3.2 O Trabalho Profissional do(a) Assistente Social à Luz das Experiências Vivenciadas na Clínica Obstetrícia do HULW**

Este tópico abordará as principais impressões a partir das observações vivenciadas durante o período de estágio supervisionado I, que ocorreu de forma presencial no Hospital Universitário Lauro Wanderley - HULW, na Clínica Obstétrica. O estágio supervisionado II ocorreu de forma remota devido ao isolamento social exigido a partir da pandemia causada pelo novo coronavírus e que dificultou o processo de observação e apreensão do real, uma vez que as considerações sobre o estágio e o trabalho profissional limitou-se mais às leituras e discussões virtuais.

Portanto, será com base na vivência estabelecida no primeiro semestre que a discussão sobre os principais instrumentos utilizados no atendimento às mulheres internas na clínica obstétrica, bem como as principais ações desenvolvidas e as dificuldades percebidas ao longo do período de estágio serão aqui relatadas.

Como dito anteriormente, o setor onde o estágio supervisionado I se desenvolveu foi na Clínica Obstétrica do HULW, localizada no 3º andar, dividida

por duas alas, A e B. O público alvo são gestantes em tratamento, puérperas e pacientes da ginecologia. O setor inclui também a Unidade de Terapia Intensiva Neonatal - UTIN, Unidade de Cuidado Intermediário Neonatal Convencional - UCINCO e Unidade de Cuidado Intermediário Neonatal Canguru - UCINCA.

As internações ocorrem de acordo com várias especialidades, tais como: cardiocografia, pré-natal de alto risco, pré-natal gestação gemelar, segmento pós-molar, ultrassonografia em ginecologia e obstetrícia. Compõem a equipe de profissionais da área de saúde presentes na clínica obstétrica do HULW: médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem, nutricionistas, assistentes sociais, psicólogos e também profissionais da Residência Integrada Multiprofissional em Saúde Hospitalar - RIMUSH.

As Assistentes Sociais que integram o setor da Obstetrícia são duas profissionais, do gênero feminino, sendo uma que atende à escala de trabalho do turno matutino, especificamente das 7h às 13h, responsável pela ala A e, a outra profissional, atua no turno vespertino, das 13h às 18h, responsável pela ala B. A ala A abrange três enfermarias com quatro leitos e uma enfermaria com dois leitos para gestantes em tratamento e puérperas, duas enfermarias com quatro leitos para ginecologia e duas enfermarias com três leitos para mães acompanhantes. A ala B possui quatro enfermarias com quatro leitos e uma enfermaria com dois leitos para gestantes em tratamento e puérperas.

As atividades práticas desenvolvidas durante o estágio supervisionado I e que se remetem ao trabalho das assistentes sociais do setor, compreendem: a orientação aos usuários e acompanhantes; a visita ao leito; o atendimento de demandas encaminhadas a outros setores do hospital; o acolhimento e a escuta qualificada aos usuários; os contatos multiprofissionais e administrativos na perspectiva das rotinas do hospital, bem como o diálogo e encaminhamento com os serviços de rede para atender outras demandas apresentadas.

No tocante aos instrumentais utilizados no setor estão a anotação dos acompanhamentos sociais em livro de registro, a estatística mensal, o sistema AGHU, os modelos de autorizações, declarações, fichas etc.

O estágio supervisionado II, de modo remoto, as orientações e acompanhamento de campo e acadêmica se deram mediante a participação de encontros síncronos e assíncronos semanais organizados e ministrados pelas assistentes sociais, supervisoras de campo para apresentar, conhecer e experienciar o trabalho profissional desenvolvido nos setores do Hospital Universitário Lauro Wanderley - HULW-UFPB, durante o exercício profissional, igualmente encontros sistemáticos semanais com a supervisora acadêmica para acompanhar as atividades de campo e orientação.

As atividades supervisionadas de campo foram organizadas pelas assistentes sociais do HULW, que apresentaram o trabalho profissional mediante relato de experiência cotidiana das atividades; estudos de casos de usuários em situações problemas para serem analisados entre as assistentes sociais e estagiários de modo a apreender o atendimento aos usuários, explicitar como se desenvolvem as relações interprofissionais durante o atendimento ao usuário no contexto institucional, abordar a operacionalização dos instrumentos técnico-operativos dos assistentes sociais na sua prática na área da saúde, bem como, apresentar documentação institucional utilizada no cotidiano profissional e demais ações do profissional na instituição. Contou também com a participação de assistentes sociais convidados de outras instituições para apresentar as suas experiências profissionais e promover rodas de conversas com os estagiários.

O Serviço Social no HULW ocupa o espaço de atendimento psicossocial junto às usuárias – mulheres atendidas no puerpério e acompanhantes. Atende às funções definidas no Regimento Interno da instituição e a indicação de algumas especificidades contidas no “Manual Operacional” (HULW, 2015). No referido Manual, estão dispostos os objetivos e atribuições profissionais que orientam o exercício profissional, constam os procedimentos técnico-operativos, os fluxos e protocolos utilizados pelo assistente social na rotina institucional e segue em consonância com o Projeto Profissional, com a proposta do SUS na constituição da Reforma Sanitária e na universalização da política de saúde como direito, e a partir das responsabilidades do Estado na garantia da oferta dos serviços.

Historicamente, o trabalho de assistente social está intimamente relacionado com a sua inserção na divisão sócio técnica do trabalho, gerando uma multiplicidade de ações desenvolvidas nas instituições sociais, que consiste na execução de políticas de proteção social e na promoção do acesso e garantia de direitos sociais, no atendimento ao usuário e às demandas institucionais e sociais, bem como, ao processo de gestão, avaliação e monitoramento dos serviços socioassistenciais e, neste caso, de saúde e ofertados pelo SUS.

Todavia, na condição profissional de prestar assistência nos cuidados em saúde, ocorre no imaginário social uma forte tendência, na esfera assistencial, da relação deste profissional que remete a ajuda, a abordagens psicologizantes e de cariz humanista, de caráter conservador, ante a perspectiva construída no projeto ético político da profissão articulada a estratégias da saúde que efetive a viabilização de direitos de forma universal.

Considera-se a partir das impressões identificadas no cotidiano institucional vivenciado no estágio supervisionado I que, diante de algumas demandas apresentadas, há um certo desconhecimento sobre as ações que envolvem o trabalho do assistente social em ampla maioria das usuárias e também com relação ao reconhecimento do papel do Serviço Social através da equipe multiprofissional da referida clínica.

De acordo com o (CFESS, 2010), a relação entre o Projeto Ético Político da profissão e o da Reforma Sanitária, é indissociável, pois utiliza-se de referenciais teóricos, formação profissional e princípios democráticos, conceitos estes de grande importância para a atuação dos assistentes sociais. O movimento da Reforma Sanitária teve como base o Estado democrático de direito, que se fundamentava em relação a:

[...] democratização do acesso; a universalização das ações; a melhoria da qualidade dos serviços, com a adoção de um novo modelo assistencial pautado na integralidade e equidade das ações; a democratização das informações e transparência no uso de recursos e ações do governo; a descentralização com controle social democrático; a interdisciplinaridade nas ações (CFESS, 2010, p. 19).

O CFESS (2010) afirma que a principal proposta da Reforma Sanitária é a defesa da universalização das políticas sociais e a garantia dos direitos sociais. Essa proposta foi oficializada com a Constituição Federal que posteriormente direcionou a criação do Sistema Único de Saúde - SUS. Um dos principais avanços na área da saúde que impactou o desenvolvimento do SUS, foi a apresentação do conceito ampliado de saúde<sup>1</sup>, na 8ª Conferência Nacional de Saúde (CNS) de 1986. O SUS é uma grande conquista para a população brasileira, sendo capaz de promover justiça social, por oferecer serviços de saúde a toda população.

Nos “Parâmetros de Atuação do Serviço Social na Política de Saúde” (CFESS, 2010, p.30) para o assistente social atuar com competência na área da saúde é preciso estar articulado e próximos aos usuários, conhecendo os determinantes sociais que interferem no processo saúde-doença, facilitar o acesso do usuário aos serviços de saúde da instituição e da rede de serviços e direitos sociais, de forma compromissada e criativa. Por fim, buscar a necessária atuação em equipe, tendo em vista a interdisciplinaridade da atenção em saúde.

A experiência do estágio supervisionado no HULW, proporcionou à estagiária essa aproximação com o trabalho profissional das assistentes sociais, a apreensão das correlações de forças que revelou em algumas situações uma condição de subalternidade da profissão no hospital, ainda a compreensão da relação multi e interprofissional em saúde existente naquele contexto institucional. Embora o HULW se configure um hospital escola, a oferta e a supervisão dos estágios enfrenta algumas fragilidades no sentido de haver teoricamente uma proposta que sinalize a construção de um trabalho em equipe voltado para a humanização do atendimento, a oferta da clínica ampliada e o incentivo às práticas colaborativas; porém, empiricamente ainda é possível

---

<sup>1</sup> [...]. Não é simplesmente não estar doente, é mais: é um bem-estar social, é o direito do trabalho, a um salário condigno; é o direito a ter água, à vestimenta, à educação, e, até a informações sobre como se pode dominar este mundo e transformá-lo. É ter direito a um meio ambiente que não seja agressivo, mas, que, pelo contrário, permita a existência de uma vida digna e decente; a um sistema político que respeite a livre opinião, a livre possibilidade de organização e de autodeterminação de um povo” (AROUCA, 1986, p. 36).

esbarrar na resistência de alguns núcleos profissionais em articular de forma conjunta essas dimensões.

Todavia não há como negar a importância do estágio enquanto um processo de ensino-aprendizagem ao nos colocar de frente com o real e nos permitir a aproximação aos subsídios teórico-metodológicos, técnico-operativos e ético-político para a análise do exercício profissional de assistente social e de outras profissões, bem como compreender a capacidade crítica, política, educativa e interventiva da nossa profissão na dinâmica das relações sociais que se dão no cotidiano.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A problemática deste trabalho versa sobre a atuação do Serviço Social no âmbito da saúde, a partir das experiências de estágio supervisionado I, se verificou algumas fragilidades no que diz respeito ao desconhecimento do papel do Serviço Social por outros núcleos profissionais e por parte de algumas usuárias atendidas clínica de obstetrícia, mesmo diante da trajetória que a profissão já ocupa no referido hospital-escola.

Primeiramente, foi feito um levantamento bibliográfico acerca da atuação do Serviço Social desde suas primeiras formas de atuação até a contemporaneidade. Dessa forma foi importante trazer esses elementos para a discussão, pois, o assistente social inserido na divisão sócio técnica do trabalho necessita estar em consonância com as transformações societárias, com as demandas sociais e institucionais e com o projeto ético-político da profissão.

No primeiro capítulo foram apresentados fatores relevantes acerca do processo de amadurecimento da profissão mediante a uma trajetória repleta de conflitos sociais e disputas na busca pelo reconhecimento e autonomia profissional. O Movimento de Reconceituação foi um marco importante, pois trouxe uma recusa do conservadorismo, passando o profissional a atuar com embasamento teórico e crítico, tendo em vista a defesa dos direitos dos usuários atendidos nas várias esferas de atendimento.

No segundo capítulo foram analisadas as relações entre Estado e Sociedade a partir das relações capitalistas de produção e verificou-se que o Estado, mesmo diante da primazia do mercado, ainda exerce a função de principal mediador/ investidor na produção e estruturação das classes. Ou seja, cria meios que possam conter manifestações sociais e amenizar problemas sociais para fortalecer os interesses das classes dominantes.

Ainda nesse capítulo foi abordado a discussão sobre neoconservadorismo na contemporaneidade e observou-se que, o neoconservadorismo tem afetado diretamente na qualidade de acesso e garantia dos direitos sociais para os indivíduos e coloca o Serviço Social em desafio diário dentro do seu cotidiano.

No terceiro capítulo ao elencar a compreensão acerca do Estado Democrático de Direito e a posição do Serviço Social mediante aos ataques neoconservadores nos diversos espaços sócio-ocupacionais, constatou-se que num contexto político atual que se contrapõe a democratização do Estado, exige a minimização da sua participação e prioriza um projeto neoliberal, enraizado de uma ideologia burguesa elitista, tem impactado negativamente as políticas de proteção social ao destruir os direitos sociais e trabalhistas.

Falando da experiência vivenciada durante o período de estágio supervisionado I, notou-se uma dificuldade no entendimento sobre a atuação do Serviço Social por parte de algumas usuárias e equipe multiprofissional na referida clínica. Muitas vezes na prestação dos serviços ocorreu uma forte tendência de remeter o profissional a caráter assistencialista, pelo viés da ajuda, trazendo desse modo, certo descontentamento por parte do Serviço Social sobre as suas reais competências.

É importante frisar que o trabalho teve como limitação as dificuldades decorrentes da pandemia do COVID-19, onde houve dificuldade na utilização de outras metodologias para obter percepções sobre os impactos na atuação de outros profissionais da área de Serviço Social.

Através dos resultados obtidos, fica nítido que ainda é relevante desenvolver estudos nessa temática, onde discussões sobre a atuação dos assistentes sociais possam ser incentivadas e ampliadas. Foi utilizado a área da saúde como objeto de estudo, porém os problemas relatados também poderiam ser observados em outros espaços sócio-ocupacionais.

Como oportunidade futura de trabalho, uma das primeiras possibilidades seria realizar uma revisão bibliográfica com o objetivo de identificar soluções para melhorar as condições da atuação do assistente social dentro de um contexto de equipe multiprofissional. Foi observado que a falta de conhecimento sobre o papel do serviço social dentro do contexto da saúde, impacta negativamente no dia a dia do profissional.

Devido às limitações geradas pela pandemia do COVID-19, não houve a possibilidade de realizar entrevistas com os profissionais da clínica obstétrica do HULW, sendo essa uma das principais oportunidades para tornar as análises

mais confiáveis. O trabalho poderia também analisar outros setores do HULW, com o objetivo de identificar se existem diferenças nas percepções dos assistentes sociais sobre o impacto do neoconservadorismo na profissão.

Outra possibilidade de trabalho futuro seria realizar entrevistas em hospitais escolas de outros estados, com o intuito de observar possíveis diferenças e problemas específicos de cada região. Por fim, uma abordagem que também poderia ser utilizada seria entrevistar assistentes sociais de hospitais públicos e privados, podendo também verificar quais seriam as diferenças mais significativas entre esses profissionais.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Antônio Geraldo de. **Serviço Social e Filosofia: das origens à Araxá**. São Paulo: Cortez, 1982.

ALMEIDA, Guilherme Silva de. **Notas sobre a complexidade do neoconservadorismo e seu impacto nas políticas sociais**. Revista Katálysis, v. 23, p. 720-731, 2020.

AUGUSTINHO, Aline M. *et al.* **Fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do serviço social (contemporâneo)**. Porto Alegre: SAGAH, 2019.

AROUCA, Antônio Sérgio da Silva. **Democracia é saúde**. In: Anais da 8ª Conferência Nacional de Saúde. 1987. p. 35-42.

BOSCHETTI, Ivanete. **Expressões do conservadorismo na formação profissional**. Revista Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 124, p. 637-651, 2015.

BULLA, Leonia Capaverde. **Relações sociais e questão social na trajetória histórica do serviço social brasileiro**. Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 2, n. 1, p. 1-15, 2003.

BRAVO, Maria Inês Souza. **Serviço Social e Reforma Sanitária: Lutas Sociais e Práticas Profissionais**. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

\_\_\_\_\_, Maria Inês Souza; MATOS Maurílio Castro. **Projeto ético-político do Serviço Social e sua relação com a reforma sanitária: elementos para o debate**. In: SERVIÇO Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional. São Paulo, Cortez Editora, p. 197-217. 2006.

BRUM, Eliane. **O homem mediano assume o poder: o que significa transformar o ordinário em 'mito' e dar a ele o governo do país?** El País, Opinião, 04 fev. 2019. Disponível em: <https://is.gd/U7HgyV>. Acesso em: 11 abril de 2022.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Parâmetros para atuação de assistentes sociais na política de saúde**. Brasília: CFESS, p. 82, 2010.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Resolução N.º 383/99 de 29/03/1999. **Caracteriza o assistente social como profissional da saúde**. Brasília. CFESS. 1999.

\_\_\_\_\_. **Código de Ética do Assistente Social e Lei 8662/93 de Regulamentação da Profissão**. 3. ed. Brasília, 1997.

COSTA, F. S. M. **Instrumentalidade do Serviço Social: dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa e exercício profissional**. 2008.

147 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.

COSTA, M. D. H. **O trabalho nos serviços de saúde e a inserção dos (as) assistentes sociais.** Serviço Social & Sociedade, São Paulo, ano 21, n. 62, mar. 2000.

CRETELLA JUNIOR, J. **Comentários à Constituição Brasileira de 1988.** Rio de Janeiro: Forense, 1992.

CRUZ, Luis M. La Constitución como Orden de Valores. **Problemas jurídicos y políticos. Un estudio sobre los orígenes del neoconstitucionalismo.** Granada: Comares, 2005.

ESTEVIÃO, A. M. R. **O que é serviço social.** Brasília: Brasiliense, 2006.

FALEIROS, Vicente de Paula. Política social do Estado capitalista: as funções da previdência e da assistência sociais. In: **Política social do Estado capitalista: as funções da previdência e da assistência sociais.** 1987.

GRANEMANN, S. Processos de trabalho e serviço social. In: CEAD/ CFESS/ ABEPSS. **Capacitação em Serviço Social e Política Social.** Módulo I: reprodução social, trabalho e serviço social. Brasília: CEAD, 1999.

GUERRA, Y. **A dimensão técnico-operativa do exercício profissional.** In: SANTOS, C. M.; BACKX, S.; GUERRA, Y. (Org.). A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos. Juiz de Fora: UFJF, 2012. p. 39-70.

\_\_\_\_\_. **A instrumentalidade do Serviço Social.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. **Instrumentalidade do processo de trabalho e serviço social.** In: CADERNOS do programa de capacitação profissional continuada para assistentes sociais: capacitação em serviço social e política social. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2000.

IAMAMOTO, M. V. **O trabalho do assistente social frente às mudanças do padrão de acumulação e regulação social.** In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Capacitação em serviço social e política social: módulo 1: crise contemporânea, questão social e serviço social. Brasília: CFESS, 1999.

\_\_\_\_\_. **A questão social no capitalismo.** Temporalis, Brasília, n. 3, 2001.

\_\_\_\_\_. **Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade.** In: CFESS-Conselho Federal de Serviço Social. Atribuições privativas do(a) assistente social. Brasília: Cfess, 2002, p. 13-50.

\_\_\_\_\_. **Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 6. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

\_\_\_\_\_. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

\_\_\_\_\_. **Serviço Social em tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 2. ed. São Paulo: Cortez 2008.

\_\_\_\_\_. **A formação acadêmico-profissional no serviço social brasileiro**. Revista Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 120, p. 609-639, out./dez. 2014.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica/** Marilda Villela Iamamoto, Raúl de Carvalho. – 41. Ed. – São Paulo: Cortez, 2014.

LIMA, Andréia Saraiva. **Introdução ao Serviço Social**. Porto Alegre: SAGAH, 2017.

\_\_\_\_\_. **Questão social e serviço social**. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

\_\_\_\_\_. **O vôo da borboleta: desvendando o processo de transformação da política de assistência social no município de cachoeirinha a partir da implementação do suas**. 2008. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

LIMA, Iana Gomes de; HYPOLITO, Álvaro Moreira. **A expansão do neoconservadorismo na educação brasileira**. Educação e Pesquisa, v. 45, 2019.

MANDEL, Ernest. **O Estado na fase do Capitalismo Tardio**. In: O Capitalismo Tardio. Trad. Carlos Eduardo S. Matos et ali. São Paulo: Abril Cultural. Os Economistas, 1982.

MANUAL OPERACIONAL. EBSEH - Hospitais Universitários Federais, Hospital Universitário Lauro Wanderley: unidade de atenção psicossocial-Serviço Social. III Revisão. Ano 2015.

MARTINS, S. P. **O Pluralismo do Direito do Trabalho**. São Paulo: Atlas, 2001.

MIOTO, RCT. El Servicio Social en la institucionalidad de las Políticas Públicas: la realidad brasilera en foco. **Políticas públicas, derechos y Trabajo Social en el Mercosul**. Buenos Aires: Espacio Editorial, p. 213-228, 2009.

MIGUEL, Luis Felipe. **Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero”:** **Escola sem Partido e as leis da mordça no parlamento brasileiro**. Direito & Práxis, Rio de Janeiro, v. 7, n. 15, p. 590-621, 2016.

MIRANDA, Jorge. **Teoria do Estado e da Constituição**. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

MOLL, Roberto. **Diferenças entre neoliberalismo e neoconservadorismo: duas faces da mesma moeda**. Semdiplomacia, Porta UNESP, São Paulo, v. 23, 2015.

\_\_\_\_\_. **Reaganetion: a nação e o nacionalismo (neo)conservador nos Estados Unidos (1981-1988)**. 2010. 265 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

MOTA, Ana ELIZABETE; RODRIGUES, Mavi. **Legado do Congresso da Virada em tempos de conservadorismo reacionário**. Revista Katálysis, v. 23, p. 199-212, 2020.

NETTO, José Paulo; CFESS-ABEPSS. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. **CFESS-ABEPSS. Capacitação em Serviço Social e política social: crise contemporânea, questão social e Serviço Social, módulo**, v. 1, 1999.

\_\_\_\_\_. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. **La Reconceptualización continúa viva: 40 años después**. In: ALAYÓN, N. (Org.). Trabajo social latinoamericano: a 40 años de la reconceptualización. 2. ed. Buenos Aires: Espacio Editorial, 2007.

\_\_\_\_\_. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós – 64**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. **Estado, sociedade e esfera pública**. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, p. 285-300, 2009. Disponível em: <http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/8jWy8e5p39eA46R2v6H9.pdf>. Acesso em: 7 dez. 2021.

PINHEIRO, Paulo Wesckley Maia. **Serviço Social, Neoconservadorismo religioso e o desafio para a formação profissional**. Temporalis, v. 15, n. 29, p. 195-220, 2015.

RAMOS, Flamarion C. **Manual de filosofia política: para os cursos de teoria do Estado e ciência política, filosofia e ciências sociais**. Editora Saraiva, 2021.

ROSAS, João C.; FERREIRA, Rita. **Ideologias Políticas Contemporâneas**. Grupo Almedina (Portugal), 2013.

RODRIGUES, V. M. *et. al.* **Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do serviço social I e II**. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

SALAZAR, S. N.; NICÁCIO, N. S. **41 anos do Congresso da Virada do Serviço Social brasileiro: a importância da consolidação teórico-prática e do Projeto Ético Político em nossa história**. CRESS-ES, 2020. Disponível em: <<http://www.cress-es.org.br/41-anos-do-congresso-da-virada-do-servico-social-brasileiro-a-importancia-da-consolidacao-teorico-pratica-e-do-projeto-etico-politico-em-nossa-historia/>>. Acesso em: 20 jun. de 2022.

SANTOS, S. N. **Serviço social: apropriação da teoria social marxista e formação profissional crítica**. In: SIMPÓSIO MINEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 3., 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: CRESS 6a Região, 2013.

SANTIAGO, Marcus Firmino. ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO: UMA UTOPIA POSSÍVEL? DEMOCRATIC STATE OF LAW: A POSSIBLE UTOPIA?. **Revista da Faculdade de Direito da UFG**, v. 43, 2019.

SCHEIFLER, Anderson B.; CLOS, Michelle B.; LIMA, Andréia S.; AZEVEDO, Vanessa L. Santos D. **Fundamentos Teóricos e Metodológicos do Serviço Social III e IV**. – Porto Alegre: SAGAH, 2018.

SILVA, José Fernando Siqueira. Crise do capital, neoconservadorismo e Serviço Social no Brasil: apontamentos para o debate. **Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, v. 13, n. 35, p. 99-125, 2015.

SILVA, Filipe Prado Macedo da, *et al.* **Economia política**. Porto Alegre: SAGAH, 2019.

SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação; OLIVEIRA, Marcelly batista de. Conservadorismo: ideologia e estratégia política das classes dominantes. **Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, v. 16, n. 1, 2018.

TERTO Lins, M. A.; ALEXANDRE, D. S. O Serviço Social Na Sociedade Capitalista E A Sua Participação Nos Processos De Enfrentamento Da Questão Social. **Caderno de Graduação - Ciências Humanas e Sociais - UNIT - ALAGOAS**, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 25–36, 2014. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/fitshumanas/article/view/1769>. Acesso em: 7 dez. de 2021.

YAZBEK, M. C. **Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do serviço social**. In: CFESS - Conselho Federal De Serviço Social. Serviço social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS, 2009. v. 1.

<https://www.gov.br/ebserh/pt-br/hospitais-universitarios/regiao-nordeste/hulw-ufpb/saude/especialidades>. Acesso em: 10 set. de 2021.